CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2006/79

INTERESSADO: ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ

ASSUNTO : Consulta

RELATOR : Cons. Paulo Gomes Romeo

PARECER CEE Nº 253/80 - CTG - APROVADO EM 21 / 02 / 80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

A Direção da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí encaminha consulta a este Conselho Estadual, de Educação formulando as seguintes questões:

- "1 - O aluno fez o vestibular/72 e cursou a primeira série, do curso de licenciatura em Educação Física, na Faculdade de Educação Física de Lins; trancou matrícula naquela Faculdade e, através de transferência, neste ano de 1979, matriculou-se na 2ª série, do mesmo curso, nesta ESEF de Jundiaí, que está cursando.
- 2) - Aluno desta ESEF de Jundiaí que por motivo de interrupção do matrícula (desistências sucessivas) ou por reprovação, não concluir o Curso no prazo de 5 anos,
- 3) - O aluno deverá concluir o curso do licenciatura em Educação Física, a partir do vestibular, no máximo em 5 (cinco) anos, em todas as hipóteses?".

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Em resposta, cabe-nos esclarecer que o assunto está regulado pelo artigo 6ª do Decreto-Lei nº 464, de 1º de fevereiro de 1969, com a redação dado pela Lei nº 5.789, de 27 de junho de 1972.

"Artigo 6º - Na forma dos estatutos ou dos regimentos, será recusada nova matrícula nos institutos Oficiais de Ensino Superior, ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o 1º ciclo, no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo currículo.

Parágrafo 1º - O prazo máximo a que se refere este artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar dos estatutos ou regimen-

toa na hipótese de 1º ciclo e de cursos criados na forma do artigo 18, da Lei nº 5.540, do 28 de novembro de 1968.

Parágrafo 2º - Não será computado no prazo de integralização de ciclo ou curso correspondente o trancamento de matrícula feito na forma regimental".
(grifo nosso).

Pela Resolução CFE nº 69, de 6 de novembro de 1969, a duração mínima do curso e de 1.800 horas-aula, ministrado no mínimo de três anos e no máximo de cinco anos.

Tendo o aluno, objeto da consulta nº 1, trancado a matrícula na Faculdade de Educação Física de Lins, onde fez vestibular em 1972, e portanto, cursado nesse ano o 1º ano, matriculando-se em 1979, por transferência, no 2º ano da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí, não há que ser considerado, para efeito de jubilação, o período abrangido pelo trancamento de matrícula se feito regularmente e renovado anualmente.

As questões levantadas pela consulta, sob os números 2 e 3, estão também resolvidas pela legislação supracitada, que somente exclui a contagem de tempo o período correspondente ao trancamento da matrícula, feita na forma regimental. Cite-se, a propósito, o Parecer nº 2.729/77, da Comissão de Legislação e Normas do Egrégio Conselho Federal de Educação, que teve como Relatora a ilustre Conselheira Esther de Figueiredi Ferraz.

II - CONCLUSÃO

Responda-se, nos termos deste Parecer, a consulta formulado - pelo Escola Superior de Educação Física de Jundiaí.

São Paulo, 16 de janeiro de 1980

a) Cons. Paulo Gomes Romeo - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Célio Benevides de Carvalho, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Nicolas Boer; Paulo Gomes Romeo e Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 6.2.80

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de fevereiro de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente